

O desenvolvimento numa perspectiva territorial, multidimensional e democrática

The development of territorial,
multidimensional and democratic perspective

MARCOS AURÉLIO SAQUET

Geógrafo, doutor em Geografia e professor adjunto
da Unioeste (campus de Francisco Beltrão – PR)
marcos.saquet@hotmail.com

Resumo:

No presente texto apresentamos resultados de nossas pesquisas e reflexões sobre concepções históricas, críticas e relacionais de território e territorialidade, como uma das principais possibilidades para a compreensão coerente dos espaços urbano e rural, bem como dos processos de desenvolvimento territorial. Trata-se de uma concepção elaborada para subsidiar a discussão e a construção democrática de projetos de gestão e desenvolvimento territorial considerando as múltiplas faces do real, ou seja, sua multidimensionalidade social e natural.

Palavras-chave: Desenvolvimento;
Território; Democracia

Abstract:

It has been presented the outcomes of discussions and surveys in the current text. Criticisms related to the territory and territoriality as one of the mainstream for a coherent understanding of urban and rural space, as well the process of territorial development. It discusses the democratic construction of territorial management and development projects considering the multiples sides of the real, what ever, i.e. its social and natural multidimensionality.

Keywords: Development; Territory;
Democracy

Para nós está muito claro que há, cada vez mais, necessidade de uma nova concepção de geografia, de desenvolvimento, de planejamento e de gestão do território, que seja histórica, crítica, relacional e multidimensional, ou seja, que considere os aspectos e processos econômicos, políticos, culturais e naturais-ambientais (E-P-C-N), para orientar diretamente processos participativos e democráticos de gestão e desenvolvimento local em favor da educação, da saúde, da segurança, da preservação das identidades e dos ambientes, enfim, da qualidade de vida para todos. É preciso qualificar uma concepção atualizada e renovada de geografia considerando a leitura territorial integrada da cidade, do urbano, do campo e do rural, de suas múltiplas relações, entendendo esses espaços como territórios articulados em múltiplas redes concretas e abstratas-virtuais.

Assim, construímos este texto considerando uma breve reflexão sobre o conceito de território e a noção de territorialidade, sobre o desenvolvimento e a combinação entre pesquisa e atividades de extensão, nos espaços rural e urbano. Nosso “ponto” de partida está nos princípios da dialética, pois os processos territoriais e de desenvolvimento são interativos, contraditórios, conflituosos e estão em movimento de superação constante.

A produção do conhecimento, evidentemente vinculada aos estudos-pesquisas e aos projetos de desenvolvimento, precisa ocorrer num nível que supere as sensações, o aparente, o imediato. Este último é apenas um instante da processualidade de construção do conhecimento, seja ele aplicado ou não. O aparente do território corresponde à primeira sensação que temos, às primeiras impressões sensíveis, é o concreto tornado visível: “concreto e abstrato não podem ser separados (...). Convertem-se incessantemente um no outro.” (LEFEBVRE, 1995: 111-112)

Apreender o real significa compreender o concreto-abstrato, o mediato, a essência, as contradições sociais, as relações sociedade-natureza e espaço-temporais. A abstração é imprescindível, portanto, à compreensão do território e dos processos de desenvolvimento, no campo e na cidade. Como há uma dialética no e do território, é necessário um método dialético para sua apreensão e explicação. As formas e os conteúdos dos territórios precisam ser expressos no pensamento. Este último, é uma instância ou elemento do real concreto-abstrato. O pensamento precisa estar em movimento para compreender os movimentos do território e do desenvolvimento. Movimentos de superação sem eliminar o velho, contido sempre no novo com novas formas e significados urbanos e rurais.

O presente é muito rápido, portanto, fugaz e está contido no passado influenciando diretamente no futuro. As mudanças são contínuas, contraditoriamente, significando des-continuidades no tempo e no espaço, podendo significar desenvolvimento ou, dito de outra maneira, conquistas sociais em favor de uma vida mais qualificada, o que nos remete, necessariamente, à organização e luta política. “Essa contradição *dialética* tem sua raiz profunda no conteúdo, no ser concreto: nas lutas, nos conflitos, *nas forças em relação* e em conflito na natureza, na vida, na sociedade, no espírito humano”. (LEFEBVRE, 1995: 192) [*Grifos do original*]

Há uma processualidade inerente à destruição criadora, latente, implícita e explícita, lenta e veloz, multiforme e multidimensional. O real do território e do desenvolvimento está nas suas contradições e em suas unidades dialógicas. O território e o desenvolvimento fundam-se em relações sociais, sociais-naturais, sociais-espirituais, em conflitos, contradições e interações, contendo heterogenei-

dade, mudanças, permanências, desigualdades, diferenças e identidades. (Saquet, 2003, 2007 e 2011a)

São processos históricos, relacionais e multidimensionais contendo relações de poder, identidades, redes e a natureza exterior ao homem, bem como todas as relações imanentes à nossa vida cotidiana. Vemos, percebemos, concebemos e construímos-dinamizamos o território a partir das territorialidades cotidianas. “O movimento real, com efeito, implica essas diversas determinações: continuidade e descontinuidade; aparecimento e choque de contradições; saltos qualitativos; superação”. (LEFEBVRE, 1995: 240) Movimento sempre presente em toda relação, seja ela urbana e/ou rural, nas relações sociais, nas identidades, nas diferenças, nas mudanças, nas permanências, enfim, nas relações sociedade-natureza, na gestão e no desenvolvimento.

Há, assim, múltiplas determinações do território e do desenvolvimento, que precisam ser consideradas nos estudos e nos processos de planejamento e gestão do território e do desenvolvimento: sociais, naturais, espirituais, históricas, relacionais. Isso requer, evidentemente, categorias apropriadas para sua compreensão, explicação e para a atuação em projetos de planejamento e gestão territorial, tais como: *a)* processualidade: histórica e relacional, social e natural; *b)* totalidade: relações transescalares por meio de redes concretas e virtuais; *c)* interatividade: interações, conexões, contradições, simultaneidades, envolvendo as relações essência-aparência, mediato-imediato, forma-conteúdo, espaço-tempo, espaço-território e assim por diante.

REFLETINDO SOBRE OS TERRITÓRIOS E AS TERRITORIALIDADES NOS ESPAÇOS RURAL E URBANO

Uma concepção crítica e radical (para a época) fundamental para nossa reflexão sobre o território e o desenvolvimento é a elaborada por Indovina e Calabi (1974), tecendo uma abordagem materialista da organização social, cujas bases estão na teoria do valor de Karl Marx. Têm clara intenção de gerar um novo planejamento urbano na reorganização do território com implicações diretas na organização política, conforme revela a concepção de Magnaghi (1976), destacando o uso econômico e político do território.

Francesco Indovina e Donatella Calabi também contribuem para o entendimento do movimento no território, a partir da sua apropriação e do seu uso pelos agentes do capital. Para esses autores, há o uso capitalista do território, mediado pelo processo de produção, pela circulação e pela valorização do capital, bem como pela reprodução da força de trabalho. Tal abordagem tem uma larga difusão na Itália, na década de 1970, e também no Brasil, especialmente em estudos de Geografia econômica e urbana realizados em nível de pós-graduação (dissertações e teses).

Há diferentes usos do território que precisam ser compreendidos, representados cartograficamente e transformados: para produção, para circulação e valorização do capital, para reprodução da força de trabalho. A circulação envolve, ao mesmo tempo, os processos citados bem como a troca e o consumo, isto é, o território é usado e transformado pelo MCP, processo centrado na concentração de capital e na centralização do poder. É configurado pelas forças e relações de produção, juntamente com as contradições e conflitualidades que envolvem o Estado. (Indovina e Calabi, 1974)

Para os autores anteriormente citados, a produção é o primeiro uso do ter-

ritório, por meio da qual se extrai mais-valia, ou seja, o território substantiva-se como capital constante. No uso para circulação, acontecem os ciclos da relação D-M-D' que dependem da capacidade de consumo historicamente definida, no campo e, especialmente, na cidade. No uso para reprodução da força de trabalho, os autores evidenciam os desejos dos trabalhadores, os custos dos transportes, de habitação etc., elementos que interferem na organização territorial que, por sua vez, influencia na reprodução dos trabalhadores, encarecendo ou não o custo de vida, o que envolve a questão da renda. Os diferentes níveis de renda interferem diretamente no uso e apropriação do território a partir dos componentes puntiformes e relacionais; há pontos como fábricas e habitações. As relações estão ligadas às condições infraestruturais e são internas e externas, formando malhas. As redes e as malhas estão na base de cada território.

Na expansão do capitalismo, as forças produtivas e as relações de produção dão forma e significados ao território. Essa organização é mediada por relações políticas inerentes aos conflitos derivados das relações capital-trabalho. O território é construído socialmente e, ao mesmo tempo, é condição para a valorização do capital, mediando a extração de mais-valia, numa compreensão eminentemente relacional do território.

Segundo Francesco Indovina e Donatella Calabi, o uso do território tende a facilitar, através da localização produtiva e das obras construídas, a extração de mais-valia. A realização da mais-valia dá-se na circulação e no consumo das mercadorias, o que está ligado ao uso e ao reuso do território para a reprodução da força de trabalho. Indivíduos trabalhadores e consumidores estão normalmente concentrados na cidade, considerada o elemento territorial mais significativo na circulação e reprodução ampliada do capital. Nela, ocorre o consumo de mercadorias e da própria cidade através de seus valores de uso e de troca.

Desse modo, o território, organizado historicamente, significa, na abordagem de Indovina e Calabi (1974), construções/edificações, relações sociais, dominação, apropriação e interconexão realizada no bojo da dinâmica territorializadora do capital: "Uma análise do território, assim, tendo seus próprios instrumentos, deve-se configurar como leitura do processo complexo e específico do capital". (p. 220) Indovina (1976) e Magnaghi (1976) reforçam essa concepção relacional, crítica e marxista, compreendendo o território de forma similar a Indovina e Calabi (1974), portanto, também destacando o uso capitalista do território.

Para nós, essa leitura crítica do uso e da apropriação do espaço urbano também precisa considerar, simultaneamente, os processos rurais, culturais e ambientais, pois acreditamos numa relação multidimensional e multiforme entre o campo e a cidade, o urbano e o rural. Há complexidade e heterogeneidade nos espaços rural e urbano. Estas são territoriais, com temporalidades e territorialidades. O que varia, são os arranjos, as intensidades, as formas e os conteúdos, as velocidades. O urbano só pode ser compreendido em suas relações com o rural, pois um está no outro, só vem a ser pelo outro, numa relação complementar, dialeticamente definida. A produção do espaço urbano acontece interligada ao rural, é processual, contraditória e contém um movimento de totalidade e unidade dialética.

A cidade e o urbano são diferentes do rural e do campo, porém, estão superpostos, amalgamados e relacionados por meio das redes de circulação e comunicação formadas, por exemplo, com o uso do telefone, da televisão e da internet, possibilitando a integração espacial. (Beltrão Sposito, 2006)

A forma de vida urbana extrapola a cidade, historicamente, e o urbano e o rural interagem. O rural atinge o urbano e este, aquele, num processo de expansão urbana. O rural e o urbano interligam-se e, em muitas situações, confundem-se em virtude das inúmeras interações e complementaridades. E esta articulação territorial, de reciprocidade e totalidade, é central para a compreensão das relações urbano-rurais, pois há complementaridade nos processos territoriais e um movimento incessante que inclui e exclui simultaneamente, liga e desliga.

Nesse sentido, podemos perguntar, o que significam os territórios e as territorialidades nos espaços urbanos e rurais? Sucintamente, o território é construção social, a partir das diferentes formas de uso e apropriação do espaço geográfico. Portanto, é histórico e relacional, multiforme e multidimensional, formado sobretudo a partir das relações de poder, no entanto, envolvendo, sempre, as redes de circulação e comunicação, a natureza exterior ao homem, as diferenças, as desigualdades e as identidades culturais e identitárias. (Saquet, 2007 e 2011)

São todos processos fundamentais para compreender o desenvolvimento numa perspectiva territorial e multidimensional. As atuais relações de poder, no modo capitalista de produção, precisam ser apreendidas e reordenadas; as identidades culturais, valorizadas e preservadas; as redes, precisam ser adequadas para facilitar a cooperação e a solidariedade. Redes que podem ser curtas, longas e intermediárias (dito de outra maneira, próximas e distantes), abrangendo distintas escalas espaciais ou níveis escalares do território. Também são, ao mesmo tempo, concretas e virtuais-abstratas. Significam, num primeiro nível, ligações, interações, conexões entre os sujeitos e os lugares, derivando, portanto, das relações sociais que são, por sua vez, multidimensionais, ou seja, econômicas, políticas e culturais, tanto na cidade e no urbano como no campo e no rural.

Assim, há redes de cidades e cidades em rede (Sposito, 2006) ou uma estrutura reticular urbana, conforme argumenta Dematteis (1985), que interliga lugares, pessoas e atividades numa complexa trama territorial que perpassa os espaços rurais de cada município, transpondo limites político-administrativos e físico-naturais. Um dos processos a serem considerados são os tipos de transações comerciais realizadas entre os espaços urbanos e rurais, formando redes de circulação e comunicação pelos comerciantes, industriais e prestadores de serviços normalmente instalados nas cidades (Corrêa, 1989) que envolvem os produtos oriundos do espaço rural e da cidade.

Evidentemente, há relações e redes políticas e culturais, a partir da organização e atuação, por exemplo, dos partidos políticos, das associações de moradores de bairros, das associações de agricultores, das igrejas, dos sindicatos dos trabalhadores rurais, das redes municipais e estaduais de ensino etc. Há uma multiplicidade de redes que precisam, necessariamente, ser estudadas e consideradas no planejamento e na gestão do desenvolvimento territorial a partir da dinâmica interna e externa das cidades.

As cidades são compreendidas como espaços privilegiados de produção, circulação, troca, consumo e de reprodução ampliada do capital; integram diversos setores produtivos, mercantis, financeiros, de serviços, a força de trabalho, atividades de regulação, controle, administração e decisão. “A cidade, marcada pela concentração (...), é o espaço propício à realização de atividades que requerem encontro, proximidade ou possibilidade de comunicação, especialização e complementaridade de papéis e funções”. (BELTRÃO SPOSITO, 2006: 116)

No nosso entendimento, a cidade é um espaço-território, portanto, caracterizado por “jogos” de poder, tramas, conexões, subordinações, apropriações,

identidades etc., enfim, por um complexo conjunto de transtemporalidades, transterritorialidades e trans-multiescalaridades. (Saquet, 2011a)

A rede de cidades, segundo Sposito (2006), forma-se em virtude da mundialização do capital que, por sua vez, é substantivada pela troca de mercadorias, pelos investimentos internacionais, pela circulação do conhecimento e pelas novas tecnologias de comunicação, todos processos imanentes à denominada produção flexível, centrada na fluidez do capital numa sociedade informática. Eis um processo de interligação, conexão e articulação imprescindível tanto para a compreensão coerente da cidade como para o planejamento e gestão do território envolvendo, concomitantemente, as cidades em rede, entendidas como territórios de relações trans-multiescalares caracterizando uma geografia das redes, das conexões, das interdependências entre espaços normalmente descontínuos, por meio de uma miríade de temporalidades e territorialidades.

No entanto, uma geografia das redes não é suficiente. A abordagem precisa destacar também as relações de poder em diferentes instâncias, situações e níveis escalares, as identidades e as relações sociedade-natureza juntamente com todas as mediações materiais e imateriais. Essa concepção multidimensional e reticular pode ser trabalhada a partir das noções de temporalidade e territorialidade, consoante detalhamos em Saquet 2011a.

As territorialidades, conforme estamos pensando a abordagem territorial, significa, sucintamente: *a)* relações sociais, de poder, no âmbito multidimensional; *b)* intencionalidades, objetivos e metas; *c)* apropriação simbólica e concreta do espaço geográfico; *d)* práticas espacio-temporais-territoriais, como sínteses das relações sociedade-natureza. (Saquet, 2011a) Isso significa considerar as processualidades histórica e relacional, ao mesmo tempo, na formação de cada território e no movimento mais amplo de desterritorialização e reterritorialização, subsidiando de maneira consistente e sistemática a discussão e construção de planos e projetos de desenvolvimento territorial.

É fundamental considerar, portanto, numa abordagem territorial das relações campo-cidade-urbano-rural, as relações produção-circulação-troca-consumo, os fixos e fluxos ou redes, os nós e as malhas, as relações de poder multidimensionais (econômicas, políticas e culturais), as identidades, as diferenças, as desigualdades e a natureza exterior (isso inclui, evidentemente, a problemática ambiental) ao homem, tentando avançar na construção de uma perspectiva de abordagem histórico-crítica e relacional de denúncia, explicação, representação e transformação dos territórios a ponto de orientar e subsidiar a definição de planos e projetos de desenvolvimento centrados na democracia, na solidariedade, na cooperação, na preservação ambiental, na distribuição de riqueza e na justiça social.

PENSANDO O DESENVOLVIMENTO NUMA PERSPECTIVA TERRITORIAL, MULTIDIMENSIONAL E DEMOCRÁTICA

A problemática do desenvolvimento, portanto, precisa ser compreendida a partir das relações existentes entre os espaços urbano e rural e, ao mesmo tempo, das processualidades (históricas e relacionais – temporalidades e territorialidades) ambientais, econômicas, políticas e culturais. Eis um enorme desafio para estudiosos, pesquisadores, planejadores, arquitetos, geógrafos, engenheiros, sociólogos, gestores etc. Desafio porque, normalmente, por exemplo, as prefeituras municipais não têm uma equipe interdisciplinar para estudar e planejar o uso

e a gestão dos espaços públicos e privados. Muitas vezes, as atividades são fragmentadas, pontuais, sem continuidade no tempo e sem consultar e envolver os habitantes das cidades e dos espaços rurais. Isso resulta, evidentemente, em ações insuficientes, fragmentadas e autoritárias.

Por isso, um dos caminhos possíveis e viáveis é justamente a leitura-interpretação territorial dos processos de uso, apropriação e construção do espaço e do território, considerando as múltiplas relações sociedade-natureza e espaciotemporais. É necessário um novo olhar e uma nova interpretação do espaço urbano, da cidade, do campo e do espaço rural, bem como das inúmeras relações que existem entre ambos, relações efetivadas todos os dias. Há um vai-e-vem contínuo, de pessoas, informações e mercadorias que substantivam, cotidianamente, redes concretas e virtuais, curtas, longas e intermediárias entre as pessoas, os espaços, os territórios e os lugares.

De um lado, há necessidade de se superar, em diferentes campos de conhecimento, como a Geografia e a Sociologia, por exemplo, a tradição de se realizar estudos urbanos ou estudos rurais. Superar essa tradição no âmbito de um campo disciplinar requer, sobretudo, a renovação conceitual e seu diálogo com a realidade em rápido movimento. (BELTRÃO SPOSITO, 2006, p: 129)

Por isso, imaginamos que não é possível conceber o planejamento e a gestão da cidade e do urbano, com vistas ao desenvolvimento sustentável e territorial, sem considerar a relações campo-cidade-urbano-rural. É um processo intrínseco à problemática do desenvolvimento na perspectiva que estamos aludindo.

Muitos problemas ditos urbanos estão intimamente ligados ao que ocorre no rural e vice-versa, como ocorre, por exemplo, com a modernização da agricultura e conseqüente concentração da terra e exclusão territorial e, ao mesmo tempo, com a formação de bairros periféricos nas cidades, muitas vezes, justamente por migrantes do espaço rural. A cidade é o local por excelência da tomada de decisões, interferindo diretamente nos acontecimentos do espaço rural. O lixo urbano, carregado pelas águas das chuvas até os rios, distribui-se por todo curso do rio, no espaço rural e na cidade. Já o desmatamento da mata ciliar e o lixo rural também interferem diretamente na drenagem e na vazão do rio em todo seu trajeto, inclusa a cidade. Isso requer, portanto, um processo de planejamento e gestão integrado, envolvendo o campo e a cidade, as redes de circulação e comunicação, os diferentes grupos sociais e, evidentemente, as especificidades de cada espaço tornado território a partir de seu uso e apropriação historicamente condicionados numa abordagem territorial predominantemente reticular e multidimensional.

O desenvolvimento, (...) está ligado tanto à exploração das potencialidades locais para seu alcance social quanto à conservação dos recursos naturais. Por isso, pensá-lo requer: *a)* valorizar os enraizamentos social, econômico e cultural da sociedade local, indo além de análises estritamente econômicas; *b)* priorizar as instituições públicas locais, a autonomia das finanças públicas e o investimento de excedentes em setores sociais estratégicos.

cos. Em outras palavras, pensar o desenvolvimento local requer não somente olhar para a eficiência econômica (agregação de valor), mas também procurar contribuir para a melhoria da qualidade de vida das pessoas (...). (SAQUET e SPOSITO, 2008: 22)

E mais, é necessário entender o desenvolvimento local como um processo histórico, relacional e territorial, portanto, sendo caracterizado pela apropriação e construção dos territórios por meio, sobretudo, das identidades culturais, dos jogos de poder e das redes de circulação e comunicação. Essa processualidade envolve, necessariamente, as redes locais de sujeitos, as relações sociedade-natureza, o milieu local e as redes trans-multiescalares em distintas escalas: local, regional, nacional, internacional e global. (Dematteis, 2001 e Saquet, 2007) E essa processualidade precisa ser estudada e considerada nos processos de discussão, planejamento e concretização das ações de gestão e desenvolvimento territorial para conseguir autonomia e melhorar a qualidade de vida.

A autonomia não significa, de forma alguma, uma espécie de fechamento do lugar com relação ao restante do mundo. Pelo contrário, a autonomia significa a capacidade de controle e gestão de determinados processos políticos, econômicos, culturais e ambientais, de maneira que os sujeitos envolvidos diretamente em cada processo, possam definir os planos e projetos, em consonância com atores e processos de outros lugares. Há uma relação de unidade na diversidade que precisa ser gerida com vistas ao desenvolvimento com mais justiça social. (SAQUET e SPOSITO, 2008: 28)

A autonomia corresponde ao poder de uma coletividade se reger por si própria, com participação igualitária na tomada de decisões, ou seja, é base do desenvolvimento entendido como processo de conquista de liberdade e com menos desigualdade. “Uma sociedade autônoma é aquela que logra defender e gerir livremente seu território, catalisador de uma identidade cultural e ao mesmo tempo continente de recursos, recursos cuja acessibilidade se dá, potencialmente, de maneira igual para todos”. (SOUZA, 1995: 106) Isso envolve, evidentemente, o poder exercido democraticamente por meio das territorialidades cotidianas em diferentes escalas, lugares e temporalidades, no intuito de se conseguir justiça social numa gestão democrática do território e do desenvolvimento.

As contradições e os conflitos, por serem características fundamentais do território e do desenvolvimento, precisam ser apreendidos, explicados e geridos, num único movimento de produção do conhecimento-pesquisa-planejamento-gestão-desenvolvimento, movimento integrado, híbrido, multidimensional. Isso requer decisões democráticas, interativas, um governo local qualificado que possa gerir as mudanças e as permanências territoriais, as desigualdades, as diferenças, as identidades, as redes e os “jogos” de poder, por meio de políticas precisas e coerentes com a complexidade do real. (Indovina, 1998 e Saquet, 2007)

É necessário construir democraticamente processos de desenvolvimento com distribuição de riqueza, proteção ambiental e atendimento, no mínimo, das

necessidades elementares (i)materiais das pessoas, contrapondo-se a uma concepção capitalista de desenvolvimento.

Um conceito de desenvolvimento livre de ranço etnocêntrico precisa acentuar a idéia de que cada povo, cada grupo social, deve possuir a *autonomia* necessária para definir o conteúdo desse conceito de acordo com as suas próprias necessidades e de conformidade com as suas características culturais. (SOUZA, 1996: 10)
[Grifo do original]

É preciso condensar esforços para se livrar da opressão, da subordinação, da exploração, da concentração da terra e da riqueza, das desigualdades, das injustiças sociais, da degradação ambiental etc, e isso passa por uma formação acadêmica de excelência, de alto nível cultural, pela organização e luta política, nos espaços rural e urbano, enfim, por uma ampla e democrática reforma urbana e rural e, evidentemente, por uma interpretação histórico-crítica, relacional, reticular e multidimensional da cidade, do urbano, do campo e do agrário.

Na discussão e implementação democrática do desenvolvimento, o indivíduo, organizado socialmente, precisa atuar como sujeito social do planejamento, devendo participar das discussões, das decisões e da concretização das políticas públicas de maneira incondicional. É fundamental participar, portanto, das audiências públicas, das definições dos planos de investimentos e das sessões legislativas, bem como criar novos espaços de debates, tanto nos bairros como nos condomínios residenciais e nas localidades rurais.

A participação da população é fundamental para a gestão democrática da cidade, do urbano, do agrário, enfim, municipal e territorial. É um processo de partilha de informações e decisões, de técnicas e conhecimentos, de saberes e experiências, implicando num reordenamento do território local com vistas à melhoria da qualidade de vida para todos a partir da recuperação e preservação ambiental, da valorização dos saberes e das identidades, de programas de segurança, de educação, de saúde etc., todos de excelência.

A ontologia do ser social precisar ser compreendida, desse modo, como ontologia do ser social-natural-espiritual, ser híbrido, em íntima e constante relação de unidade com sua natureza interior e exterior, portanto, numa concepção que é a um só tempo ontológica e epistemológica, abstrata e concreta, reflexiva e pragmática, numa práxis de transformação do espaço e do território em favor da gestão democrática e do desenvolvimento territorial com mais justiça social, contrapondo-se ao movimento de reprodução ampliada do capital.

Nessa concepção, o direito à cidade proclamado por Henri Lefebvre substantiva-se como direito também ao campo, à saúde, à educação, à segurança, à justiça social e à proteção ambiental. É uma maneira para alcançar-conquistar-construir o desenvolvimento num movimento de luta e trabalho pelo direito à natureza e ao lugar, numa forma-conteúdo de vida mais solidária e mais equitativa.

Devemos começar a andar na direção contrária ao gigantismo chinês e ‘aprender modos diferentes de construir os edifícios e de organizar os transportes. Devemos, sobretudo, ser bravos artesãos do ambiente’. (QUAINI, 2011: 24-25)

Formas específicas de apropriação do espaço podem gerar a produção de formas territorialmente determinadas pela solidariedade. As temporalidades mais lentas, cadenciadas e vinculadas às territorialidades de organização política e cultural, precisam ser potencializadas para o desenvolvimento com mais autonomia, que incorpore a distribuição de terras, de capital, as diferenças culturais, sem tantas amarrações societárias como existe atualmente.

Muitas cidades e localidades rurais, por exemplo, contêm significados de pertencimento, identidades e solidariedades, iniciativas de mobilização e experiências, normalmente de bairro ou de condomínios, que precisam ser estudadas, valorizadas, socializadas e dinamizadas na forma de redes de cooperação para o desenvolvimento do povo. Viver com qualidade de vida significa superação do imediatismo, do individualismo, da degradação ambiental e da politicagem em favor de uma minoria historicamente reproduzida no Brasil.

A compreensão que temos, portanto, de cada território de vida e dos processos de desenvolvimento, no campo e na cidade, é o “ponto” de partida fundamental, como orientação teórico-metodológica para uma práxis de planejamento e gestão democrática em favor da autonomia e da própria organização política como princípio basilar do desenvolvimento territorial. A Geografia que produzimos precisa, cada vez mais, estar vinculada aos processos de desenvolvimento, caracterizando-se como uma Geografia em que se busca a cooperação para o desenvolvimento na perspectiva por nós assinalada.

É fundamental, para tanto, nosso envolvimento, além de pesquisadores e formadores em diferentes níveis acadêmicos, em projetos, programas e planos de desenvolvimento, produzindo conhecimento que possa ser utilizado efetiva e participativamente pelos sujeitos estudados em cada território urbano e rural.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BELTRÃO SPOSITO, Maria Encarnação. “A questão cidade-campo: perspectivas a partir da cidade”. In: SPOSITO, M. E. e WHITACKER, A. (Orgs.). *Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural*. São Paulo: Expressão Popular, 2006. p.111-130.
- CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CASTORIADIS, Cornelius. *Socialismo ou barbárie*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- CORRÊA, Roberto Lobato. *A rede urbana*. São Paulo: Ática, 1989.
- DEMATTEIS, Giuseppe. “Contro-urbanizzazione e strutture urbane reticolari”. In: BIANCHI, G. e MAGNANI, I. (Orgs.). *Sviluppo multiregionale: teorie, metodi, problemi*. Milano: Angeli, 1985. p. 121-132.
- DEMATTEIS, Giuseppe. “Per una geografia della territorialità attiva e dei valori territoriali”. In: BONORA, Paola (Org.). *Slot, quaderno 1*. Bologna: Baskerville, 2001. p.11-30.
- HARVEY, David. *A justiça social e a cidade*. São Paulo: Hucitec, 1980 (1973).
- INDOVINA, Francesco. “Capitale e territorio”. In: INDOVINA, F. (Org.). *Capitale e territorio. Processo capitalistico e utilizzazione del territorio in Italia*. Milano: Angeli, 1976. p.7-14.
- INDOVINA, Francesco e CALABI, Donatella. “Sull’uso capitalistico del territorio”. In: LUSSO, G. (Org.). *Economia e territorio*. Milano: Angeli, 1974. p.205-222.
- INDOVINA, Francesco. “New conditions and requirements for urban govern-

- ment”. In: BERTUGLIA, C.; BIANCHI, G.; MELA, A. (Org.). *The city and its sciences*. New York: Physica-Verlag Heidelberg, 1998. p.597-610.
- LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Documentos, 1969.
- LEFEBVRE, Henri. *Lógica formallógica dialética*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.
- LUKÁCS, Gyorgy. *Ontologia do ser social. A falsa e a verdadeira ontologia de Hegel*. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.
- MAGNAGHI, Alberto. *Il territorio nella crisi, Quaderni del territorio – ristrutturazione produttiva e nuova geografia della forza-lavoro, anno I, n.1*. Milano: CELUC Libri, 1976. p.15-29.
- QUAINI, Massimo. “Geografia: pensamento impensado (Aos colegas e companheiros geógrafos do grande Brasil)” In: SAQUET, M.; SUZUKI, J. e MARAFON, G. (Orgs.). *Territorialidades e diversidade nos campos e nas cidades latino-americanas e francesas*. São Paulo: Outras Expressões, 2011. p.15-25.
- SAQUET, Marcos. *Os tempos e os territórios da colonização italiana*. Porto Alegre: EST Edições, 2003 (2001).
- SAQUET, Marcos. *Abordagens e concepções de território*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- SAQUET, Marcos. “Contribuições teórico-metodológicas para uma abordagem territorial multidimensional em geografia agrária”. In: SAQUET, M.; SUZUKI, J.; MARAFON, G. (Orgs.). *Territorialidades e diversidade nos campos e nas cidades latino-americanas e francesas*. São Paulo: Outras Expressões, 2011. p.209-226.
- SAQUET, Marcos. *Por uma geografia das territorialidades e das temporalidades: uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial*. São Paulo: Outras Expressões, 2011a (no prelo).
- SAQUET, Marcos e SPOSITO, Eliseu. “Território, territorialidade e desenvolvimento: diferentes perspectivas no nível internacional e no Brasil”. In: CANDIOTTO, L.; ALVES, A.; CARRIJO, B. (Orgs.). *Desenvolvimento territorial e agroecologia*. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p.15-31.
- SASSEN, Saskia. *As cidades na economia mundial*. São Paulo: Nobel, 1996.
- SOUZA, Marcelo Lopes de. “O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento”. In: CASTRO, I.; GOMES, P.; CORRÊA, R. (Orgs.). *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p.77-116.
- SOUZA, Marcelo Lopes de. *Urbanização e desenvolvimento no Brasil atual*. São Paulo: Ática, 1996.
- SPOSITO, Eliseu Savério. *Redes e cidades*. São Paulo: Editora Unesp, 2006.